



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SERGIPE – CREA-SE
COORDENADORIA ADMINISTRATIVA

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2026 CREA SE

AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, MOBILIÁRIO E UTILIDADES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS DESCRITOS NESTE TERMO DE REFERÊNCIA, VISANDO ATENDER AS DEMANDAS ADMINISTRATIVAS, OPERACIONAIS E DE INFRAESTRUTURA DO CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SERGIPE (CREA-SE).

**Aracaju/SE
2026**



CREA-SE
Conselho Regional de Engenharia
e Agronomia de Sergipe





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SERGIPE – CREA-SE
COORDENADORIA ADMINISTRATIVA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1797589/2026

Torna-se público que o CREA/SE, por intermédio de sua Equipe de Contratação, sediada na Av. Dr. Carlos Rodrigues da Cruz, 1.710 - Centro Adm. Gov. Augusto Franco - CEP 49081-015 - Aracaju SE, realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** do tipo **MENOR PREÇO**, por meio da utilização de recursos da tecnologia da informação (internet), através do Portal de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), de acordo com as condições e especificações constante no presente edital, inclusive em seus anexos, especialmente o Anexo I - Termo de Referência.

A disponibilização do edital e anexos dar-se-á através do Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e do site do CREA-SE. A convocação dos interessados estará disponível no Portal de Compras do Governo Federal.

O presente edital é regido pela Lei Federal nº 14.333 de 01 de abril de 2021, Lei Complementar nº 123/2006 e alterações posteriores bem como demais legislação vigente e pertinente à matéria.

DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a aquisição de materiais de tecnologia da informação, mobiliário e utilidades, conforme especificações e quantitativos descritos, visando atender as demandas administrativas, operacionais e de infraestrutura do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Sergipe (CREA-SE), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. As condições de execução, os critérios e requisitos para contratação e demais especificações do objeto estão detalhadas no Termo de Referência.

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	440337	Cartão de memória com capacidade de 1TB de armazenamento formato microSDXC com tecnologia UHS-I, otimizado para gravação de vídeo em alta resolução (4K UHD) e fotografia de alta performance. O dispositivo deve apresentar, obrigatoriamente, as seguintes classificações e desempenhos:	UND	1	R\$ 1.876,66	R\$ 1.876,66





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SERGIPE – CREA-SE
COORDENADORIA ADMINISTRATIVA

		<ul style="list-style-type: none">• Classe de Velocidade de Vídeo: Mínimo V30 (garantia de gravação sustentada de 30 MB/s);• Classe de Velocidade UHS: Mínimo U3;• Desempenho de Leitura: Velocidade de transferência de 200 MB/s (compatível com tecnologia de leitura acelerada);• Desempenho de Gravação: Velocidade de gravação de até 140 MB/s;• Classe de Desempenho de Aplicativo: A2 (otimização para execução de software e carregamento rápido);• Proteções Físicas: O invólucro deve possuir resistência comprovada a variações de temperatura (entre -25°C e 85°C), resistência a água (padrão IPX7 ou similar), resistência a impactos/choques e proteção contra raios-X.• Acessórios: Deve acompanhar adaptador para formato SD convencional. <p>Para armazenar de vídeos, fotos e aplicativos compatível com Osmo Pocket 3.</p>				
2	318896	<p>NOBREAK Especificações:</p> <ul style="list-style-type: none">• Potência 1.500va• Entrada bivolt com seleção automática de entrada 115-127/220V e saída 115/220V com seleção manual• Conector de bateria externa• Mínimo de 6 tomadas de saída no padrão NBR 14136, de 10A para conexão de equipamentos demandam esta amperagem• Estabilizador interno que corrige oscilações da rede elétrica• Filtro de linha interno que atenua os ruídos da rede elétrica e proteção contra surtos• Garantia mínima de 24 meses.	UND	3	R\$ 1.063,00	R\$ 3.189,00
3	458914	<p>SUPORTE TV</p> <ul style="list-style-type: none">• Suporta telas de 37" a 70" com um peso máximo de 30 kg, ideal para diferentes ambientes e necessidades.• Cor: preto• Tipo de telas compatíveis: LED, LCD, Plasma• Quantidade de telas: 1• Inclui kit de instalação• Tamanho mínimo de tela: 37"• Tamanho máximo de tela: 70"• Lugares de montagem: Chão	UND	1	R\$ 1.430,66	R\$ 1.430,66



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SERGIPE – CREA-SE
COORDENADORIA ADMINISTRATIVA

		<ul style="list-style-type: none">• Inclinação ajustável para o ângulo ideal de visualização• Material: Aço carbono• Peso máximo suportado: 30Kg• É fixo: Não• Altura regulável para melhor posicionamento da TV• Base em aço sólido com rodízios travados para maior estabilidade e mobilidade				
4	368376	ESTABILIZADORES Especificações: <ul style="list-style-type: none">• Potência de 1000VA• Frequência nominal 50/60HZ• Microprocessado• Filtro de linha integrado (em modo comum e diferencial) com atenuação em RFI e EMI• 6 tomadas de saída 10 AMPÉRES NBR 14136• Tensão de entrada: 115/220V• Tensão de saída: 115V• Correção de tensão de com True RMS	UND	27	R\$ 536,00	R\$ 14.472,00
5	359389	FILTRO DE LINHA <ul style="list-style-type: none">• Extensão do fio: 5m• Tensão de entrada e saída: 127v• Corrente elét• rica entrada e saída: 10A• Fusível de proteção: sim• Quantas saídas x tomadas de 3 pinos	UND	15	R\$ 78,54	R\$ 1.178,10
6	435888	Adaptador DisplayPort (macho) para HDMI (fêmea) com Resolução máxima suportada Conector de entrada: DisplayPort Conector de saída: HDMI	UND	15	R\$ 45,10	R\$ 676,50



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SERGIPE – CREA-SE
COORDENADORIA ADMINISTRATIVA

7	422192	<p>Conjunto de lixeiras contendo: lixeiras plásticas com dois compartimentos para segregação de resíduos secos (recicláveis) e resíduos orgânicos, conforme normas técnicas aplicáveis e condições a seguir especificadas, destinadas ao uso em áreas internas e externas com suporte metálico duplo com acabamento reforçado feito em metal com pintura eletrostática, super resistente à ferrugem e ao tempo</p> <p>Quantidade e Capacidade</p> <ul style="list-style-type: none">• Unidade de fornecimento: lixeira com 2 compartimentos integrados.• Capacidade mínima por compartimento: ≥ 60 litros.• Capacidade total mínima: ≥ 120 litros. <p>Requisitos Construtivos Material</p> <ul style="list-style-type: none">• Fabricada em polietileno de alta densidade (PEAD) ou polipropileno (PP) injetado.• Material rígido, de alta resistência mecânica, resistente a impactos, intempéries e radiação UV (para uso externo).• Sem partes metálicas expostas que possam oxidar. <p>Design Geral</p> <ul style="list-style-type: none">• Dois compartimentos independentes, com tampas/bocas de acesso claramente identificadas.• Estrutura integrada, sem emendas frágeis ou áreas que acumulem resíduos. <p>Tampas / Aberturas</p> <ul style="list-style-type: none">• Tampas com fechamento seguro, facilmente operáveis.• Aberturas com formato que favoreça o tipo de resíduo (ex.: fenda para papel, circular para vidros/garrafas). <p>Identificação e Cores</p> <ul style="list-style-type: none">• Compartimento de resíduos orgânicos: cor marrom.• Compartimento de resíduos secos / recicláveis: cor azul.• Identificação complementar por meio de etiquetas adesivas UV resistentes com pictogramas:<ul style="list-style-type: none">o Marrom → "ORGÂNICOS"	UND	2	R\$ 347,68	R\$ 695,36
---	--------	---	-----	---	---------------	---------------




SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SERGIPE – CREA-SE
COORDENADORIA ADMINISTRATIVA

		<p>o Azul → “RECICLÁVEIS”</p> <p>Imagem ilustrativa</p> 				
8	422192	<p>Conjunto de lixeiras contendo: lixeiras plásticas com dois compartimentos para segregação de resíduos secos (recicláveis) e resíduos orgânicos, conforme normas técnicas aplicáveis e condições a seguir especificadas, destinadas ao uso em áreas internas e externas.</p> <p>Quantidade e Capacidade</p> <ul style="list-style-type: none"> • Unidade de fornecimento: lixeira com 2 compartimentos integrados. • Capacidade mínima por compartimento: ≥ 30 litros. • Capacidade total mínima: ≥ 60 litros. <p>Requisitos Construtivos</p> <p>Material</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fabricada em polietileno de alta densidade (PEAD) ou polipropileno (PP) injetado. • Material rígido, de alta resistência mecânica, resistente a impactos, intempéries e radiação UV (para uso externo). • Sem partes metálicas expostas que possam oxidar. <p>Design Geral</p> <ul style="list-style-type: none"> • Dois compartimentos independentes, com tampas/bocas de acesso claramente identificadas. • Estrutura integrada, sem emendas frágeis ou áreas que acumulem resíduos. <p>Tampas / Aberturas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tampas com fechamento seguro, facilmente operáveis. 	UND	5	R\$ 279,32	R\$ 1.396,60



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SERGIPE – CREA-SE
COORDENADORIA ADMINISTRATIVA

		<ul style="list-style-type: none"> • Aberturas com formato que favoreça o tipo de resíduo (ex.: fenda para papel, circular para vidros/garrafas). <p>Identificação e Cores</p> <ul style="list-style-type: none"> • Compartimento de resíduos orgânicos: cor marrom. • Compartimento de resíduos secos / recicláveis: cor azul. • Identificação complementar por meio de etiquetas adesivas UV resistentes com pictogramas: <ul style="list-style-type: none"> ○ Marrom → "ORGÂNICOS" ○ Azul → "REICLÁVEIS" <p>Imagem ilustrativa</p> 				
9	448836	<p>Bebedouro de Coluna refrigerado por Compressor Tipo - Coluna Níveis de temperatura - Controle Gradual Temperatura de Resfriamento - Termostato frontal para ajuste de temperatura entre 5° à 15°C Quantidade de torneiras – 02 uma para água natural e outra para água gelada. Reservatório de Água Gelada - 1,8L - Suporta Galões de até 20L Altura Máxima do Copo - 17,5cm Recursos - Torneiras - Fluxo contínuo e controlado. Recursos - Bandeja de água - removível Recursos - Alças laterais Gás refrigerante - ecológico R134a, não agride a camada de ozônio. Potência mínima -97W Voltagem 110V Consumo Aproximado de Energia - 14,4 kWh/mês. Estrutura - Gabinete com peças frontais em plástico injetado e laterais de aço</p>	UND	2	R\$ 984,20	R\$ 1.968,40



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SERGIPE – CREA-SE
COORDENADORIA ADMINISTRATIVA

		Refrigeração por compressor, maior capacidade de refrigeração e menor consumo de energia, Certificado Homologado pelo Inmetro Cor - Branco Prazo de Garantia - 01 ano				
10	457009	Cafeteira Elétrica Industrial Tensão: 220V Características Técnicas Mínimas: Estrutura e bojos em aço inoxidável 304; Capacidade: Mínima de 6 (seis) litros, equivalente a aproximadamente 80 (oitenta) xícaras de 50ml. Estrutura: Corpo em aço inoxidável (material de alta resistência e qualidade alimentícia). Sistema de Aquecimento em banho-maria com resistência blindada tubular para aquecimento rápido e eficiente, com termostato ajustável e controle de temperatura. Válvula: Válvula de segurança para alívio de pressão. Torneira: Duas torneiras dosadoras em aço inoxidável, com vazão controlada. Pingadeira removível para facilitar a limpeza. Visor: Indicador de nível de água visível. Isolamento Térmico: Parede dupla para conservação da temperatura e segurança no manuseio. Alimentação: 220V Itens Inclusos: Deve acompanhar cesto porta-filtro. Certificações: Produto deve possuir certificação do INMETRO para segurança elétrica.	UND	02	R\$ 1.040,20	R\$ 2.080,40
TOTAL						R\$ 28.963,68

2. DO RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO E DAS PROPOSTAS DE PREÇOS





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SERGIPE – CREA-SE
COORDENADORIA ADMINISTRATIVA

Período de recebimento das propostas: 07 de maio de 2026 até às 07h59min do dia): 20 de maio de 2026, através do Portal de Compras Públicas (www.gov.br/compras).

Início da Sessão de Disputa de Preços (lances): 20 de maio de 2026 às 08h00min, através do Portal de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras),

Local: Os procedimentos para acesso ao processo licitatório estão disponíveis na página inicial do site do Portal de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

3.5.1. Considerando o valor estimado para a contratação, este Pregão



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SERGIPE – CREA-SE
COORDENADORIA ADMINISTRATIVA

Eletrônico será destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, conforme disposto no art. 48, inciso I, Lei Complementar nº 123/2006, assegurado pelo art. 4º da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.3. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.4. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.5. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.6. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.7. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.6.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7. O impedimento de que trata o item 3.6.2 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8. A vedação de que trata o item 3.6.6 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SERGIPE – CREA-SE
COORDENADORIA ADMINISTRATIVA

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.6.1. Para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.7 sujeitará o licitante às



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SERGIPE – CREA-SE
COORDENADORIA ADMINISTRATIVA

sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.10.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.11.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SERGIPE – CREA-SE
COORDENADORIA ADMINISTRATIVA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. valor ou desconto..... (mensal, unitário, etc, conforme o caso) e (anual, total) do item;

5.1.2. Quantidade cotada.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.2.2. Os licitantes deverão se atentar às condições estabelecidas no Termo de Referência para elaboração da sua proposta, sob pena de desclassificação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico/Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SERGIPE – CREA-SE
COORDENADORIA ADMINISTRATIVA

da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,05%.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado – modo “aberto e fechado”, devendo os licitantes apresentar lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.10.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SERGIPE – CREA-SE
COORDENADORIA ADMINISTRATIVA

preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.10.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.10.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.10.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.11. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.14. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.17. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.17.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.17.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SERGIPE – CREA-SE
COORDENADORIA ADMINISTRATIVA

ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.17.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.17.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.18.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.18.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.18.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.18.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.18.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.18.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.18.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.18.2.2. empresas brasileiras;

6.18.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.18.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SERGIPE – CREA-SE
COORDENADORIA ADMINISTRATIVA

6.19.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.19.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.19.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.19.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.19.5. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.19.6. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6.19.7. Os licitantes deverão se atentar às condições estabelecidas no Termo de Referência para elaboração da sua proposta, sob pena de desclassificação.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SERGIPE – CREA-SE
COORDENADORIA ADMINISTRATIVA

(IN nº 3/2018, art. 29, caput)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens deste edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Projeto Básico/Termo de Referência;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SERGIPE – CREA-SE
COORDENADORIA ADMINISTRATIVA

desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Projeto Básico/Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia, sendo permitido à Contratante promover diligência para verificar a autenticidade da documentação apresentada.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. O licitante deverá apresentar declaração acerca do conhecimento pleno das



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SERGIPE – CREA-SE
COORDENADORIA ADMINISTRATIVA

condições e peculiaridades da contratação.

8.8. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.8.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.9. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

8.9.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.10. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.10.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de duas horas, contado da solicitação do Pregoeiro.

8.10.2. O prazo que trata o item 8.10.1 poderá ser prorrogado por igual período, a critério do Pregoeiro, após análise de solicitação feita pelo licitante.

8.11. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.12. Os documentos relativos à regularidade fiscal e qualificação técnica que constem do Projeto Básico/Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.13.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SERGIPE – CREA-SE
COORDENADORIA ADMINISTRATIVA

atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.10.1.

8.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

9. DOS RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 02 (duas) horas.

9.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.



CREA-SE
Conselho Regional de Engenharia
e Agronomia de Sergipe





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SERGIPE – CREA-SE
COORDENADORIA ADMINISTRATIVA

9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.crea-se.org.br/>

10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

10.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

10.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

10.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

10.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

10.1.2.4. deixar de apresentar amostra; ou

10.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

10.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

10.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

10.1.5. fraudar a licitação

10.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.1.6.1. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.1.6.2. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

10.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

10.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

10.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

10.2.1. advertência;

10.2.2. multa;

10.2.3. impedimento de licitar e contratar; e



CREA-SE
Conselho Regional de Engenharia
e Agronomia de Sergipe





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SERGIPE – CREA-SE
COORDENADORIA ADMINISTRATIVA

10.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

10.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

10.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

10.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.5. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.6. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.7. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

10.8. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

10.9. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SERGIPE – CREA-SE
COORDENADORIA ADMINISTRATIVA

escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.10. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.11. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.12. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.13. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado no Portal de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras) no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras) ou pelo e-mail (slc@crea-se.org.br).

11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

11.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando não afetar a formulação da proposta, conforme determina a Lei.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SERGIPE – CREA-SE
COORDENADORIA ADMINISTRATIVA

impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

12.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

12.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

12.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no Portal de Compras do Governo Federal e endereço eletrônico www.crea-se.org.br

12.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

12.11.1. ANEXO I – Termo de Referência

12.11.2. ANEXO II – Estudo Técnico Preliminar

Aracaju/SE, 30 de abril de 2026.

Patrícia Carla Alves Melo
Pregoeira



Documento assinado digitalmente

PATRICIA CARLA ALVES MELO

Data: 04/05/2026 10:23:50-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SERGIPE - CREA/SE
GERÊNCIA ADMINISTRATIVA FINANCEIRA

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 1797589/2026

AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, MOBILIÁRIO E UTILIDADES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS DESCRITOS NESTE TERMO DE REFERÊNCIA, VISANDO ATENDER AS DEMANDAS ADMINISTRATIVAS, OPERACIONAIS E DE INFRAESTRUTURA DO CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SERGIPE (CREA-SE).

**Aracaju/SE
2026**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SERGIPE - CREA/SE
GERÊNCIA ADMINISTRATIVA FINANCEIRA

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1.1 Aquisição de materiais de tecnologia da informação, mobiliário e utilidades, conforme especificações e quantitativos descritos, visando atender as demandas administrativas, operacionais e de infraestrutura do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Sergipe.

1.0. DEFINIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES E REQUISITOS

Aquisição de materiais de tecnologia da informação, mobiliário e utilidades, conforme especificações e quantitativos descritos, visando atender as demandas administrativas, operacionais e de infraestrutura do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Sergipe (CREA-SE) conforme descrito no Documento de Formalização de Demanda.

O referido DFD, assim como a pesquisa de mercado e os demais documentos estão disponíveis no processo administrativo nº 1797589/2026.

O objeto desta contratação tem a natureza de compra, conforme define a Lei Federal nº 14.133/2021, art. 6º, inciso X.

2.0. ESTIMATIVA DA DEMANDA:

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT.
1	440337	Cartão de memória com capacidade de 1TB de armazenamento formato microSDXC com tecnologia UHS-I, otimizado para gravação de vídeo em alta resolução (4K UHD) e fotografia de alta performance. O dispositivo deve apresentar, obrigatoriamente, as seguintes classificações e desempenhos: <ul style="list-style-type: none">• Classe de Velocidade de Vídeo: Mínimo V30 (garantia de gravação sustentada de 30 MB/s);• Classe de Velocidade UHS: Mínimo U3;• Desempenho de Leitura: Velocidade de transferência de 200 MB/s (compatível com tecnologia de leitura acelerada);• Desempenho de Gravação: Velocidade de gravação de até 140 MB/s;• Classe de Desempenho de Aplicativo: A2 (otimização para execução de software e carregamento rápido);• Proteções Físicas: O invólucro deve possuir resistência comprovada a variações de temperatura (entre -25°C e 85°C), resistência a água (padrão IPX7 ou similar), resistência a impactos/choques e proteção contra raios-X.• Acessórios: Deve acompanhar adaptador para formato SD convencional. Para armazenar de vídeos, fotos e aplicativos compatível com Osmo Pocket 3.	UND	1
2	318896	NOBREAK Especificações: <ul style="list-style-type: none">• Potência 1.500va	UND	2



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SERGIPE - CREA/SE
GERÊNCIA ADMINISTRATIVA FINANCEIRA

		<ul style="list-style-type: none">• Entrada bivolt com seleção automática de entrada 115-127/220V e saída 115/220V com seleção manual• Conector de bateria externa• Mínimo de 6 tomadas de saída no padrão NBR 14136, de 10A para conexão de equipamentos demandam esta amperagem• Estabilizador interno que corrige oscilações da rede elétrica• Filtro de linha interno que atenua os ruídos da rede elétrica e proteção contra surtos• Garantia mínima de 24 meses.		
3	458914	<p>SUPORTE TV</p> <ul style="list-style-type: none">• Suporta telas de 37" a 70" com um peso máximo de 30 kg, ideal para diferentes ambientes e necessidades.• Cor: preto• Tipo de telas compatíveis: LED, LCD, Plasma• Quantidade de telas: 1• Inclui kit de instalação• Tamanho mínimo de tela: 37"• Tamanho máximo de tela: 70"• Lugares de montagem: Chão• Inclinação ajustável para o ângulo ideal de visualização• Material: Aço carbono• Peso máximo suportado: 30Kg• É fixo: Não• Altura regulável para melhor posicionamento da TV• Base em aço sólido com rodízios travados para maior estabilidade e mobilidade	UND	1
4	368376	<p>ESTABILIZADORES</p> <p>Especificações:</p> <ul style="list-style-type: none">• Potência de 1000VA• Frequência nominal 50/60HZ• Microprocessado• Filtro de linha integrado (em modo comum e diferencial) com atenuação em RFI e EMI• 6 tomadas de saída 10 AMPÉRES NBR 14136• Tensão de entrada: 115/220V• Tensão de saída: 115V• Correção de tensão de com True RMS	UND	27
5	359389	<p>FILTRO DE LINHA</p> <ul style="list-style-type: none">• Extensão do fio: 5m• Tensão de entrada e saída: 127v• Corrente elét• rica entrada e saída: 10A• Fusível de proteção: sim• Quantas saídas x tomadas de 3 pinos	UND	15
6	435888	<p>Adaptador DisplayPort (macho) para HDMI (fêmea) com Resolução máxima suportada</p> <p>Conector de entrada: DisplayPort</p> <p>Conector de saída: HDMI</p>	UND	15



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SERGIPE - CREA/SE
GERÊNCIA ADMINISTRATIVA FINANCEIRA

7	422192	<p>Conjunto de lixeiras contendo: lixeiras plásticas com dois compartimentos para segregação de resíduos secos (recicláveis) e resíduos orgânicos, conforme normas técnicas aplicáveis e condições a seguir especificadas, destinadas ao uso em áreas internas e externas com suporte metálico duplo com acabamento reforçado feito em metal com pintura eletrostática, super resistente à ferrugem e ao tempo</p> <p>Quantidade e Capacidade</p> <ul style="list-style-type: none">• Unidade de fornecimento: lixeira com 2 compartimentos integrados.• Capacidade mínima por compartimento: ≥ 60 litros.• Capacidade total mínima: ≥ 120 litros. <p>Requisitos Construtivos Material</p> <ul style="list-style-type: none">• Fabricada em polietileno de alta densidade (PEAD) ou polipropileno (PP) injetado.• Material rígido, de alta resistência mecânica, resistente a impactos, intempéries e radiação UV (para uso externo).• Sem partes metálicas expostas que possam oxidar. <p>Design Geral</p> <ul style="list-style-type: none">• Dois compartimentos independentes, com tampas/bocas de acesso claramente identificadas.• Estrutura integrada, sem emendas frágeis ou áreas que acumulem resíduos. <p>Tampas / Aberturas</p> <ul style="list-style-type: none">• Tampas com fechamento seguro, facilmente operáveis.• Aberturas com formato que favoreça o tipo de resíduo (ex.: fenda para papel, circular para vidros/garrafas). <p>Identificação e Cores</p> <ul style="list-style-type: none">• Compartimento de resíduos orgânicos: cor marrom.• Compartimento de resíduos secos / recicláveis: cor azul.• Identificação complementar por meio de etiquetas adesivas UV resistentes com pictogramas:<ul style="list-style-type: none">○ Marrom → "ORGÂNICOS"○ Azul → "RECICLÁVEIS" <p>Imagem</p>  <p>ilustrativa</p>	UND	2
---	--------	---	-----	---



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SERGIPE - CREA/SE
GERÊNCIA ADMINISTRATIVA FINANCEIRA

8	422192	<p>Conjunto de lixeiras contendo: lixeiras plásticas com dois compartimentos para segregação de resíduos secos (recicláveis) e resíduos orgânicos, conforme normas técnicas aplicáveis e condições a seguir especificadas, destinadas ao uso em áreas internas e externas.</p> <p>Quantidade e Capacidade</p> <ul style="list-style-type: none">• Unidade de fornecimento: lixeira com 2 compartimentos integrados.• Capacidade mínima por compartimento: ≥ 30 litros.• Capacidade total mínima: ≥ 60 litros. <p>Requisitos Construtivos</p> <p>Material</p> <ul style="list-style-type: none">• Fabricada em polietileno de alta densidade (PEAD) ou polipropileno (PP) injetado.• Material rígido, de alta resistência mecânica, resistente a impactos, intempéries e radiação UV (para uso externo).• Sem partes metálicas expostas que possam oxidar. <p>Design Geral</p> <ul style="list-style-type: none">• Dois compartimentos independentes, com tampas/bocas de acesso claramente identificadas.• Estrutura integrada, sem emendas frágeis ou áreas que acumulem resíduos. <p>Tampas / Aberturas</p> <ul style="list-style-type: none">• Tampas com fechamento seguro, facilmente operáveis.• Aberturas com formato que favoreça o tipo de resíduo (ex.: fenda para papel, circular para vidros/garrafas). <p>Identificação e Cores</p> <ul style="list-style-type: none">• Compartimento de resíduos orgânicos: cor marrom.• Compartimento de resíduos secos / recicláveis: cor azul.• Identificação complementar por meio de etiquetas adesivas UV resistentes com pictogramas:<ul style="list-style-type: none">○ Marrom → "ORGÂNICOS"○ Azul → "RECICLÁVEIS" <p>Imagem ilustrativa</p>	UND	5
---	--------	--	-----	---



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SERGIPE - CREA/SE
GERÊNCIA ADMINISTRATIVA FINANCEIRA

9	448836	Bebedouro de Coluna refrigerado por Compressor Tipo - Coluna Níveis de temperatura - Controle Gradual Temperatura de Resfriamento - Termostato frontal para ajuste de temperatura entre 5° à 15°C Quantidade de torneiras - 02 uma para água natural e outra para água gelada. Reservatório de Água Gelada - 1,8L - Suporta Galões de até 20L Altura Máxima do Copo - 17,5cm Recursos - Torneiras - Fluxo contínuo e controlado. Recursos - Bandeja de água - removível Recursos - Alças laterais Gás refrigerante - ecológico R134a, não agride a camada de ozônio. Potência mínima -97W Voltagem 110V Consumo Aproximado de Energia - 14,4 kWh/mês. Estrutura - Gabinete com peças frontais em plástico injetado e laterais de aço Refrigeração por compressor, maior capacidade de refrigeração e menor consumo de energia, Certificado Homologado pelo Inmetro Cor - Branco Prazo de Garantia - 01 ano	UND	2
10		Cafeteira Elétrica Industrial Tensão: 220V Características Técnicas Mínimas: Estrutura e bojos em aço inoxidável 304; Capacidade: Mínima de 6 (seis) litros, equivalente a aproximadamente 80 (oitenta) xícaras de 50ml. Estrutura: Corpo em aço inoxidável (material de alta resistência e qualidade alimentícia). Sistema de Aquecimento em banho-maria com resistência blindada tubular para aquecimento rápido e eficiente, com termostato ajustável e controle de temperatura. Válvula: Válvula de segurança para alívio de pressão. Torneira: Duas torneiras dosadoras em aço inoxidável, com vazão controlada. Pingadeira removível para facilitar a limpeza. Visor: Indicador de nível de água visível. Isolamento Térmico: Parede dupla para conservação da temperatura e segurança no manuseio. Alimentação: 220V Itens Inclusos: Deve acompanhar cesto porta-filtro. Certificações: Produto deve possuir certificação do INMETRO para segurança elétrica.	UND	02

A estimativa de despesa a ser adquirida pode ser consultada no mapa de cotação e na pesquisa de preço presentes no processo administrativo.

A descrição detalhada da aquisição, bem como os produtos que deverão ser entregues estão contidos no Termo de Referência elaborado pelo setor competente.



3.0. ANÁLISE DE SOLUÇÕES

O levantamento de mercado consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar.

Após a verificação do objeto demandando e dos requisitos da aquisição apresentados no DFD, foi realizado o levantamento de mercado e identificou as seguintes características:

- a) Trata-se de aquisição de bens comuns, pela qual não se faz necessária a consulta pública ou junto ao mercado para coleta de contribuições;
- b) Diante das necessidades apontadas neste estudo, o atendimento à solução exige a contratação de empresa especializada cujo o ramo de atividade seja compatível como objeto pretendido;
- c) Foram analisadas compras similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração. Não se observou maiores variações quanto à execução do objeto no que se refere ao papel da empresa a qual se pretende contratar ou ao bem que se pretende adquirir;
- d) A compra dos bens objeto do presente Estudo Técnico Preliminar se constitui, no atual cenário, em objeto de frequente aquisição por órgãos públicos, em todas as suas esferas;
- e) Tendo em vista que o objeto está enquadrado como compra, será adotada a licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, regida pela Lei nº 14.133/2021;
- f) Tendo em vista as considerações aqui apontadas, mostra-se mais adequada a adoção do tipo "menor preço" para a seleção do fornecedor;
- g) Para que os produtos sejam corretamente adquiridos, existem requisitos mínimos para sua satisfação conforme disposto no DFD e que deverão ser detalhadas no Termo de Referência;
- h) As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinará o edital;
- i) A textualidade das exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista serão aquelas fornecidas pelos modelos de documentos disponibilizados pela Advocacia Geral da União;
- j) A compra será feita conforme as condições estabelecidas no DFD e Termo de Referência;

3.1. IDENTIFICAÇÃO DAS SOLUÇÕES

Id	Descrição da solução (ou cenário)
1	Aquisição, por meio de licitação, dos itens de informática, elétrica e



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SERGIPE - CREA/SE
GERÊNCIA ADMINISTRATIVA FINANCEIRA

	mobiliário especificados no DFD.
2	Locação dos equipamentos de informática e elétrica, combinada com a aquisição dos demais itens de menor complexidade e vida útil prolongada.

A análise das soluções possíveis considerou a natureza diversificada dos bens demandados. Para itens como cartão de memória, filtro de linha, adaptadores e lixeiras, a aquisição definitiva mostra-se a alternativa mais adequada, considerando sua longa vida útil, o caráter de ativo permanente (no caso das lixeiras) e a inexistência de vantagem econômica na locação, que é inviável ou inexistente no mercado para tais categorias de produto.

No que tange aos equipamentos eletroeletrônicos de maior valor agregado (no-break, estabilizadores), embora a locação fosse tecnicamente possível, a análise de contratações similares em outros órgãos demonstra que a aquisição se revela mais vantajosa no médio e longo prazo. A locação implicaria despesas recorrentes que, em período equivalente à vida útil do equipamento (geralmente superior a 5 anos), superariam o custo de aquisição, além de não agregar valor patrimonial ao órgão. Adicionalmente, a aquisição garante a disponibilidade imediata e contínua do bem, sem as amarras contratuais de devolução ou renovação.

3.2. ANÁLISE COMPARATIVA DE SOLUÇÕES

As soluções possíveis e efetivamente consideradas foram:

1. Realização de licitação para aquisição dos bens;
2. Realização de licitação para locação dos bens de maior complexidade (no-break e estabilizadores) e aquisição dos demais itens.

A solução escolhida foi a **realização de licitação para aquisição da totalidade dos bens especificados**. Esta escolha fundamenta-se na análise comparativa que demonstrou a inviabilidade técnica e/ou econômica da locação para a maior parte dos itens. Para bens de consumo ou de pequeno porte (cartão de memória, adaptadores, filtros de linha), a locação é uma operação atípica no mercado. Para bens permanentes, como as lixeiras seletivas, a aquisição constitui a forma regular de incorporação ao patrimônio público.

Quanto aos nobreaks e estabilizadores, a opção pela aquisição, em detrimento da locação, fundamenta-se no princípio da economicidade. A pesquisa de mercado indicou que o somatório de parcelas de uma locação prolongada equivaleria, em prazo relativamente curto (estimado entre 12 e 24 meses), ao valor de aquisição do equipamento. Findo este período, a locação continuaria gerando despesas para a Administração, enquanto o bem adquirido já estaria quitado e permaneceria em operação por vários anos, demandando apenas eventuais custos de manutenção, significativamente inferiores ao valor locatício.

Logo, identificamos que a forma de contratação mais vantajosa e alinhada à legislação será a realização de Processo Licitatório para aquisição definitiva de todos os itens elencados, destinados a atender as necessidades de infraestrutura, modernização e gestão de resíduos deste Conselho.



4.0. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

Aquisição de materiais eletroeletrônicos, de informática e mobiliário, conforme especificações técnicas detalhadas no Termo de Referência, para atender às demandas de infraestrutura e operacionalidade do CREA-SE. Os itens compreendem cartão de memória microSDXC de alto desempenho, nobreak, suporte para TV, estabilizadores, filtro de linha, adaptador de vídeo e conjuntos de lixeiras seletivas.

De acordo com o DFD, a necessidade desta aquisição é múltipla e justifica-se pela obsolescência de equipamentos atuais, pela inadequação da infraestrutura elétrica para proteção de equipamentos sensíveis, pela necessidade de modernização dos recursos audiovisuais e, sobretudo, pela imperiosa necessidade de implantar um programa de gestão de resíduos sólidos nas dependências do Conselho, alinhado à Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e às boas práticas de sustentabilidade ambiental.

A aquisição do cartão de memória de alta capacidade e velocidade (V30, U3, A2) visa garantir o armazenamento confiável e o desempenho necessário para as atividades de fiscalização e comunicação que utilizam o drone e a câmera Osmo Pocket 3, assegurando a captação de provas documentais em alta resolução sem interrupções ou perda de dados. A ausência de um dispositivo com estas especificações comprometeria a qualidade e a continuidade do registro das fiscalizações.

No âmbito da infraestrutura tecnológica, a aquisição de nobreak, estabilizadores e filtros de linha com as especificações determinadas (potência adequada, filtragem de ruído, proteção contra surtos e tomadas padronizadas) é medida essencial para a proteção dos equipamentos de informática e servidores do CREA-SE. Estes dispositivos previnem danos causados por oscilações de tensão, picos elétricos e ruídos de rede, aumentando a vida útil dos bens e garantindo a integridade dos dados institucionais, além de assegurar o funcionamento ininterrupto de sistemas críticos em caso de falhas no fornecimento de energia.

O suporte para TV com base móvel e altura regulável atende à necessidade de modernização das salas de reunião e treinamento, permitindo a correta instalação de equipamentos de exibição para apresentações, videoconferências e ações de capacitação, com ergonomia e mobilidade. O adaptador de vídeo DisplayPort/HDMI, por sua vez, garante a compatibilidade entre equipamentos de informática mais recentes e os projetores/monitores disponíveis, viabilizando a correta transmissão de conteúdos em alta resolução.

Aquisição dos conjuntos de lixeiras seletivas (modelos de 120 litros para áreas externas e de 60 litros para áreas internas) representa um avanço significativo na política de sustentabilidade do CREA-SE. A implantação da coleta seletiva solidária, com compartimentos identificados por cores e pictogramas, atende a uma obrigação legal e fortalece a imagem institucional perante a sociedade, promovendo a conscientização ambiental entre colaboradores e visitantes. A segregação adequada dos resíduos orgânicos e recicláveis reduz o impacto ambiental, possibilita a destinação correta dos materiais e pode,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SERGIPE - CREA/SE
GERÊNCIA ADMINISTRATIVA FINANCEIRA

inclusive, gerar parcerias com cooperativas de catadores, em conformidade com os princípios da responsabilidade socioambiental.

O novo equipamento, com capacidade de 6 litros, estrutura em aço inoxidável e maior durabilidade, atenderá adequadamente à demanda diária de servidores e usuários, garantindo continuidade dos serviços, eficiência operacional e conformidade com as normas sanitárias, além de representar economicidade ao evitar gastos frequentes com reparos.

Por fim, a aquisição da cafeteira elétrica industrial justifica-se pela necessidade de substituir equipamento antigo, atualmente em uso nas dependências do CREA-SE, que apresenta vida útil esgotada e demanda constante de manutenções corretivas, gerando interrupções recorrentes no serviço de copa e prejuízos ao atendimento institucional.

Do ponto de vista estratégico, a aquisição destes bens está alinhada às tendências de modernização da gestão pública, à necessária proteção do patrimônio e ao cumprimento das políticas de sustentabilidade. Trata-se de investimentos de valor relativamente módico, mas de alto retorno em termos de proteção de ativos, eficiência operacional, conformidade legal e responsabilidade ambiental.

Diante desses fatores, a aquisição dos referidos itens, conforme especificações técnicas apresentadas, é medida necessária e justificável, que trará ganhos significativos para a infraestrutura e a atuação do CREA-SE, reforçando sua capacidade administrativa e o cumprimento de sua missão institucional.

5.0. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA AQUISIÇÃO

O custo da aquisição foi estimado no valor médio de R\$ 28.963,68 (vinte e oito mil novecentos e sessenta e três reais e sessenta e oito centavos), conforme pesquisa de preços na forma da Lei nº 14.133/2021

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	440337	Cartão de memória com capacidade de 1TB de armazenamento formato microSDXC com tecnologia UHS-I, otimizado para gravação de vídeo em alta resolução (4K UHD) e fotografia de alta performance. O dispositivo deve apresentar, obrigatoriamente, as seguintes classificações e desempenhos: <ul style="list-style-type: none">• Classe de Velocidade de Vídeo: Mínimo V30 (garantia de gravação sustentada de 30 MB/s);• Classe de Velocidade UHS: Mínimo U3;• Desempenho de Leitura: Velocidade de transferência de 200 MB/s (compatível com tecnologia de leitura acelerada);• Desempenho de Gravação: Velocidade de gravação de até 140 MB/s;	UND	1	R\$ 1.876,66	R\$ 1.876,66



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SERGIPE - CREA/SE
GERÊNCIA ADMINISTRATIVA FINANCEIRA

		<ul style="list-style-type: none">• Classe de Desempenho de Aplicativo: A2 (otimização para execução de software e carregamento rápido);• Proteções Físicas: O invólucro deve possuir resistência comprovada a variações de temperatura (entre -25°C e 85°C), resistência a água (padrão IPX7 ou similar), resistência a impactos/choques e proteção contra raios-X.• Acessórios: Deve acompanhar adaptador para formato SD convencional. Para armazenar de vídeos, fotos e aplicativos compatível com Osmo Pocket 3.				
2	318896	<p>NOBREAK</p> <p>Especificações:</p> <ul style="list-style-type: none">• Potência 1.500va• Entrada bivolt com seleção automática de entrada 115-127/220V e saída 115/220V com seleção manual• Conector de bateria externa• Mínimo de 6 tomadas de saída no padrão NBR 14136, de 10A para conexão de equipamentos demandam esta amperagem• Estabilizador interno que corrige oscilações da rede elétrica• Filtro de linha interno que atenua os ruídos da rede elétrica e proteção contra surtos• Garantia mínima de 24 meses.	UND	3	R\$ 1.063,00	R\$ 3.189,00
3	458914	<p>SUPORTE TV</p> <ul style="list-style-type: none">• Suporta telas de 37" a 70" com um peso máximo de 30 kg, ideal para diferentes ambientes e necessidades.• Cor: preto• Tipo de telas compatíveis: LED, LCD, Plasma• Quantidade de telas: 1• Inclui kit de instalação• Tamanho mínimo de tela: 37"• Tamanho máximo de tela: 70"• Lugares de montagem: Chão• Inclinação ajustável para o ângulo ideal de visualização• Material: Aço carbono• Peso máximo suportado: 30Kg• É fixo: Não• Altura regulável para melhor posicionamento da TV• Base em aço sólido com rodízios travados para maior estabilidade e mobilidade	UND	1	R\$ 1.430,66	R\$ 1.430,66




SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SERGIPE - CREA/SE
GERÊNCIA ADMINISTRATIVA FINANCEIRA

4	368376	ESTABILIZADORES Especificações: <ul style="list-style-type: none">• Potência de 1000VA• Frequência nominal 50/60HZ• Microprocessado• Filtro de linha integrado (em modo comum e diferencial) com atenuação em RFI e EMI• 6 tomadas de saída 10 AMPÉRES NBR 14136• Tensão de entrada: 115/220V• Tensão de saída: 115V• Correção de tensão de com True RMS	UND	27	R\$ 536,00	R\$ 14.472,00
5	359389	FILTRO DE LINHA <ul style="list-style-type: none">• Extensão do fio: 5m• Tenção de entrada e saída: 127v• Corrente elét• rica entrada e saída: 10A• Fusível de proteção: sim• Quantas saídas x tomadas de 3 pinos	UND	15	R\$ 78,54	R\$ 1.178,10
6	435888	Adaptador DisplayPort (macho) para HDMI (fêmea) com Resolução máxima suportada Conector de entrada: DisplayPort Conector de saída: HDMI	UND	15	R\$ 45,10	R\$ 676,50
7	422192	Conjunto de lixeiras contendo: lixeiras plásticas com dois compartimentos para segregação de resíduos secos (recicláveis) e resíduos orgânicos, conforme normas técnicas aplicáveis e condições a seguir especificadas, destinadas ao uso em áreas internas e externas com suporte metálico duplo com acabamento reforçado feito em metal com pintura eletrostática, super resistente à ferrugem e ao tempo Quantidade e Capacidade <ul style="list-style-type: none">• Unidade de fornecimento: lixeira com 2 compartimentos integrados.• Capacidade mínima por compartimento: ≥ 60 litros.• Capacidade total mínima: ≥ 120 litros. Requisitos Construtivos Material <ul style="list-style-type: none">• Fabricada em polietileno de alta densidade (PEAD) ou polipropileno (PP) injetado.• Material rígido, de alta resistência mecânica, resistente a impactos, intempéries e radiação UV (para uso	UND	2	R\$ 347,68	R\$ 695,36




SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SERGIPE - CREA/SE
GERÊNCIA ADMINISTRATIVA FINANCEIRA

		<p>externo).</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sem partes metálicas expostas que possam oxidar. <p>Design Geral</p> <ul style="list-style-type: none"> • Dois compartimentos independentes, com tampas/bocas de acesso claramente identificadas. • Estrutura integrada, sem emendas frágeis ou áreas que acumulem resíduos. <p>Tampas / Aberturas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tampas com fechamento seguro, facilmente operáveis. • Aberturas com formato que favoreça o tipo de resíduo (ex.: fenda para papel, circular para vidros/garrafas). <p>Identificação e Cores</p> <ul style="list-style-type: none"> • Compartimento de resíduos orgânicos: cor marrom. • Compartimento de resíduos secos / recicláveis: cor azul. • Identificação complementar por meio de etiquetas adesivas UV resistentes com pictogramas: <ul style="list-style-type: none"> ○ Marrom → "ORGÂNICOS" ○ Azul → "REICLÁVEIS" <p>Imagem ilustrativa</p> 				
8	422192	<p>Conjunto de lixeiras contendo: lixeiros plásticas com dois compartimentos para segregação de resíduos secos (recicláveis) e resíduos orgânicos, conforme normas técnicas aplicáveis e condições a seguir especificadas, destinadas ao uso em áreas internas e externas.</p> <p>Quantidade e Capacidade</p> <ul style="list-style-type: none"> • Unidade de fornecimento: lixeira com 2 compartimentos integrados. • Capacidade mínima por compartimento: ≥ 30 litros. • Capacidade total mínima: ≥ 60 litros. <p>Requisitos Construtivos</p> <p>Material</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fabricada em polietileno de alta densidade (PEAD) ou polipropileno (PP) 	UND	5	R\$ 279,32	R\$ 1.396,60



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SERGIPE - CREA/SE
GERÊNCIA ADMINISTRATIVA FINANCEIRA

		<p>injetado.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Material rígido, de alta resistência mecânica, resistente a impactos, intempéries e radiação UV (para uso externo). • Sem partes metálicas expostas que possam oxidar. <p>Design Geral</p> <ul style="list-style-type: none"> • Dois compartimentos independentes, com tampas/bocas de acesso claramente identificadas. • Estrutura integrada, sem emendas frágeis ou áreas que acumulem resíduos. <p>Tampas / Aberturas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tampas com fechamento seguro, facilmente operáveis. • Aberturas com formato que favoreça o tipo de resíduo (ex.: fenda para papel, circular para vidros/garrafas). <p>Identificação e Cores</p> <ul style="list-style-type: none"> • Compartimento de resíduos orgânicos: cor marrom. • Compartimento de resíduos secos / recicláveis: cor azul. • Identificação complementar por meio de etiquetas adesivas UV resistentes com pictogramas: <ul style="list-style-type: none"> ○ Marrom → "ORGÂNICOS" ○ Azul → "RECICLÁVEIS" <p>Imagem ilustrativa</p> 				
9	448836	<p>Bebedouro de Coluna refrigerado por Compressor</p> <p>Tipo - Coluna</p> <p>Níveis de temperatura - Controle Gradual</p> <p>Temperatura de Resfriamento - Termostato frontal para ajuste de temperatura entre 5° à 15°C</p> <p>Quantidade de torneiras - 02 uma para água natural e outra para água gelada.</p> <p>Reservatório de Água Gelada - 1,8L - Suporta Galões de até 20L</p> <p>Altura Máxima do Copo - 17,5cm</p>	UND	2	R\$ 984,20	R\$ 1.968,40



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SERGIPE - CREA/SE
GERÊNCIA ADMINISTRATIVA FINANCEIRA

		Recursos - Torneiras - Fluxo contínuo e controlado. Recursos - Bandeja de água - removível Recursos - Alças laterais Gás refrigerante - ecológico R134a, não agride a camada de ozônio. Potência mínima -97W Voltagem 110V Consumo Aproximado de Energia - 14,4 kWh/mês. Estrutura - Gabinete com peças frontais em plástico injetado e laterais de aço Refrigeração por compressor, maior capacidade de refrigeração e menor consumo de energia, Certificado Homologado pelo Inmetro Cor - Branco Prazo de Garantia - 01 ano				
10		Cafeteira Elétrica Industrial Tensão: 220V Características Técnicas Mínimas: Estrutura e bojos em aço inoxidável 304; Capacidade: Mínima de 6 (seis) litros, equivalente a aproximadamente 80 (oitenta) xícaras de 50ml. Estrutura: Corpo em aço inoxidável (material de alta resistência e qualidade alimentícia). Sistema de Aquecimento em banho-maria com resistência blindada tubular para aquecimento rápido e eficiente, com termostato ajustável e controle de temperatura. Válvula: Válvula de segurança para alívio de pressão. Torneira: Duas torneiras dosadoras em aço inoxidável, com vazão controlada. Pingadeira removível para facilitar a limpeza. Visor: Indicador de nível de água visível. Isolamento Térmico: Parede dupla para conservação da temperatura e segurança no manuseio. Alimentação: 220V Itens Inclusos: Deve acompanhar cesto porta-filtro. Certificações: Produto deve possuir certificação do INMETRO para segurança elétrica.	UND	02	R\$ 1.040,20	R\$ 2.080,40
TOTAL						R\$ 28.963,68



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SERGIPE - CREA/SE
GERÊNCIA ADMINISTRATIVA FINANCEIRA

Neste valor estão incluídos todos os custos, impostos, taxas, tributos, encargos sociais e trabalhistas, seguros e outros que, direta ou indiretamente, decorram do fornecimento dos produtos.

O pagamento será feito na forma prevista no Termo de Referência.

6.0. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do objeto deste certame correrão por conta da dotação orçamentária prevista do exercício financeiro de 2026:

Custo da contratação foi estimado no valor médio de R\$ 28.963,68 (vinte e oito mil novecentos e sessenta e três reais e sessenta e oito centavos), conforme pesquisa de preços na forma da Lei nº 14.133/2021

7.0. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Com base na demanda apresentada no Documento de Formalização da Demanda, foi possível identificar os seguintes requisitos básicos:

Para a escolha da solução de contratação é necessário observar os seguintes requisitos:

1. Critérios de sustentabilidade: é importante priorizar fornecedores que adotem práticas de sustentabilidade.
2. Observância às leis e regulamentações específicas: é fundamental que os fornecedores sejam legalmente estabelecidos e estejam em conformidade com as regulamentações específicas da área.
3. Padrões mínimos de qualidade: é importante que o bem adquirido prestado atenda os critérios mínimos definidos no DFD, no Termo de Referência e na legislação aplicável.
4. Desempenho: é importante avaliar o desempenho dos fornecedores, incluindo a capacidade de atendimento dos requisitos estabelecidos.
5. Preço: é importante considerar o preço das mercadorias fornecidas, garantindo que a solução seja econômica e compatível com o orçamento disponível.

Desta forma, ao considerar esses requisitos, será possível escolher a solução que garanta a qualidade e segurança das atividades desenvolvidas pelo Conselho, além de garantir a sustentabilidade e o cumprimento das regulamentações e leis aplicáveis.

Com base nos requisitos apresentados, a Equipe de planejamento entende que a abertura de processo licitatório do tipo menor preço é uma forma eficiente e econômica de se resolver a demanda aqui descrita.

8.0. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SERGIPE - CREA/SE
GERÊNCIA ADMINISTRATIVA FINANCEIRA

A aquisição do objeto, mediante execução indireta, deve ser precedida de Estudos Preliminares para análise da sua viabilidade e o levantamento dos elementos essenciais à futura contratação de forma que melhor atenda às necessidades da Administração.

A presente contratação observará os preceitos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e se regerá pelos preceitos da Lei 14.133/2021, bem como demais requisitos legais e normativos que regem a matéria.

A contratação de obras, serviços, compras e alienações na administração pública, seja ela direta ou indireta de quaisquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, está disciplinada na Constituição Federal de 1988, em seu art. 37, inciso XXI. Tais contratações, como determina a referida constituição, deverão ser objeto do devido processo de licitação pública, assegurando a igualdade de condições a todos os concorrentes. Vejamos o que dispõe na íntegra tal dispositivo legal:

(...) XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações, [CF/88, inciso XXI, art. 37].

A licitação tem por objetivo tornar isonômica a participação dos interessados e obter a contratação da proposta mais vantajosa ao interesse público, primando sempre pelos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, igualdade, moralidade e publicidade.

Para disciplinar a matéria foi instituída a Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021 que estabelece em seu art. 2º:

Art. 2º Esta Lei aplica-se a:

- I - alienação e concessão de direito real de uso de bens;
- II - compra, inclusive por encomenda;
- III - locação;
- IV - concessão e permissão de uso de bens públicos;
- V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados;
- VI - obras e serviços de arquitetura e engenharia;
- VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação.

Conforme preconiza a Lei 14.133/21, em seu artigo 18, a etapa preparatória do processo licitatório caracteriza-se pelo planejamento,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SERGIPE - CREA/SE
GERÊNCIA ADMINISTRATIVA FINANCEIRA

compatibilizando-se com o plano anual de contratações, com as leis orçamentárias, sendo o espaço, momento e local adequado para abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação.

A referida lei ratificou o comando constitucional para a obrigatoriedade de licitação e trouxe as hipóteses em que o processo licitatório pode não ser realizado, na forma de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

A contratação em apreço não se enquadra nas hipóteses de dispensa e inexigibilidade elencadas pela Lei 14.133/2021, devendo ser precedida de processo licitatório.

A área técnica enquadrou o objeto como aquisição de bens / compra, uma vez que se trata de aquisição remunerada de bens para fornecimento de uma só vez conforme fora definido no DFD e demais documentos elaborados na fase de planejamento.

Cabe aqui trazer a definição de compra estabelecida pelo art. 6º da Lei 14.133/2021:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

X - compra: aquisição remunerada de bens para fornecimento de uma só vez ou parceladamente, considerada imediata aquela com prazo de entrega de até 30 (trinta) dias da ordem de fornecimento;

O art. 6º da Lei 14.133/2021 estabelece em seu inciso XLI:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;

O art. 29 da citada lei estabelece:

Art. 29. A concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 desta Lei, adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

Parágrafo único. O pregão não se aplica às contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual e de obras e serviços de engenharia, exceto os serviços de engenharia de que trata a alínea "a" do inciso XXI do caput do art. 6º desta Lei.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SERGIPE - CREA/SE
GERÊNCIA ADMINISTRATIVA FINANCEIRA

,

Conforme se vê o pregão é a modalidade legalmente cabível para aquisição de bens, sendo assim, a solução mais adequada para atender as necessidades deste Conselho.

9.0. DA JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO


O parcelamento do objeto não pode ser aplicado na presente aquisição, trata-se de item único a ser entregue integralmente.

10.0. APROVAÇÃO E ASSINATURA

A Equipe de Planejamento da Contratação encaminha o presente Estudo Técnico Preliminar para análise e aprovação.


Aracaju/SE, 06 de abril de 2026.

Equipe:

Documento assinado digitalmente
 **ANDREA FIEL TREFIGLIO TOSTA**
Data: 08/04/2026 07:41:57-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Andrea Fiel Trefiglio Tosta
Gerente Administrativa Financeira

Ana Suely Freire dos Santos
Coordenadora Administrativa

Documento assinado digitalmente
 **DIEGO DOS REIS BARBOSA**
Data: 08/04/2026 08:36:01-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Diego dos Reis Barbosa
Assessor Administrativo II



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SERGIPE - CREA/SE
COORDENADORIA ADMINISTRATIVA

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo administrativo 1797589/2026

AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, MOBILIÁRIO E UTILIDADES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS DESCRITOS NESTE TERMO DE REFERÊNCIA, VISANDO ATENDER AS DEMANDAS ADMINISTRATIVAS, OPERACIONAIS E DE INFRAESTRUTURA DO CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SERGIPE (CREA-SE).

**Aracaju/SE
2026**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SERGIPE - CREA/SE
COORDENADORIA ADMINISTRATIVA

TERMO DE REFERÊNCIA
PROCESSO ADMINISTRATIVO 1797589/2026

Este Termo de Referência destina-se a apresentar os procedimentos e requisitos para a aquisição de bens pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Sergipe – CREA SE.

1.0. DO OBJETO

1.1 Aquisição de materiais de tecnologia da informação, mobiliário e utilidades, conforme especificações e quantitativos descritos, visando atender as demandas administrativas, operacionais e de infraestrutura do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Sergipe (CREA-SE).

2.0. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente aquisição justifica-se pela necessidade premente de modernizar, adequar e suprir o parque tecnológico e a infraestrutura do CREA-SE, garantindo a continuidade e a eficiência dos serviços prestados aos profissionais registrados e à sociedade. A seguir, a motivação específica para cada item elencado:

2.1.1. Item 01 - Cartão de Memória microSDXC.

A aquisição deste cartão de memória de alto desempenho (padrão V30, A2, UHS-I) é indispensável para o funcionamento adequado da câmera Osmo Pocket 3, utilizada pelo setor de comunicação do Conselho para produção de conteúdo institucional, registros de eventos, fiscalizações e ações de marketing. As especificações técnicas robustas (velocidade de gravação de 140MB/s e resistência a intempéries) são exigidas pelo fabricante do equipamento para garantir a gravação estável de vídeos em 4K sem interrupções (corrupção de arquivos) e a durabilidade do dado em condições adversas de campo.

2.1.2. Item 02 - Nobreak 1500VA.

Visando proteger os servidores de rede, switches e equipamentos críticos do datacenter do CREA-SE contra quedas de energia, oscilações e surtos elétricos, justifica-se a aquisição de um nobreak de alta potência (1500VA). O equipamento, com estabilizador e filtro de linha internos e conector para bateria externa, garantirá a integridade dos dados, a disponibilidade dos sistemas (como o sistema de registro e protocolo) e o tempo necessário para um desligamento seguro em caso de falhas prolongadas na rede elétrica.

2.1.3. Item 03 - Suporte Móvel para TV.

A aquisição de um suporte com base com rodízios visa atender às necessidades do setor de eventos e treinamentos. O equipamento permitirá o deslocamento seguro de um monitor/TV de até 70" entre o plenário e sala de reunião, otimizando o uso do ativo e viabilizando apresentações, videoconferências e cursos em diferentes locais da sede, sem a necessidade de múltiplos equipamentos fixos.

2.1.4. Item 04 - Estabilizadores 1000VA

Grande parte dos microcomputadores e monitores utilizados pelos colaboradores do CREA-SE não possuem proteção adequada contra variações de tensão. A aquisição de 27 unidades de estabilizadores microprocessados de 1000VA visa substituir equipamentos obsoletos e/ou danificados, protegendo o parque tecnológico contra oscilações da rede elétrica, ruídos (filtro de linha) e prolongando a vida útil dos equipamentos de informática, essenciais para a execução das atividades diárias de fiscalização, administração e atendimento.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SERGIPE - CREA/SE
COORDENADORIA ADMINISTRATIVA

2.1.5. Item 05 - Filtros de Linha

Para a proteção de equipamentos de informática periféricos (impressoras, monitores, switches) e eletrodomésticos (bebedouros, micro-ondas) localizados em áreas administrativas e copas, que não justificam o uso de um estabilizador, mas necessitam de proteção contra surtos e um ponto de energia seguro e organizado, justifica-se a compra de 15 filtros de linha com 5 metros de cabo, fusível de proteção e tomadas de 3 pinos.

2.1.6. Item 06 - Adaptadores DisplayPort para HDMI

Com a modernização do parque de informática, muitos computadores e notebooks mais recentes possuem saída de vídeo DisplayPort, enquanto os monitores e projetores disponíveis no Conselho utilizam majoritariamente a entrada HDMI. A aquisição de 15 adaptadores é fundamental para garantir a compatibilidade e conectividade entre os equipamentos, permitindo a correta utilização dos projetores em treinamentos, reuniões e apresentações técnicas.

2.1.7. Itens 07 e 08 - Conjuntos de Lixeiras para Coleta Seletiva (CATNAT 230718 e 422192)

A aquisição destes conjuntos de lixeiras visa atender à Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e fortalecer as práticas de sustentabilidade ambiental no âmbito do CREA-SE. A segregação correta dos resíduos recicláveis (compartimento azul) e orgânicos (compartimento marrom) no dia a dia da sede é uma obrigação legal e institucional.

As 2 unidades de 120 litros destinam-se às áreas de maior geração de resíduos, como copa, refeitório e áreas externas (jardins/estacionamento), onde a capacidade maior é necessária. As 5 unidades de 60 litros serão distribuídas internamente nos setores administrativos e nas salas de atendimento, facilitando o descarte correto pelos colaboradores e visitantes, promovendo a conscientização ambiental e a destinação adequada dos recicláveis.

2.1.8. Item 09 - Bebedouro de Coluna refrigerado por Compressor

Substituir os bebedouros atuais que estão apresentando defeitos, como parar de refrigerar. São apenas dois bebedouros fornecendo água gelada em garrações de 20 litros durante todo o dia para os funcionários e público externo. Um deles já não gela mais a água e o outro já apresenta desgaste pelo tempo de uso. Os bebedouros atuais tem mais de dez anos de uso, apresentando um desgaste natural pelo tempo e a manutenção solicitada exige peças que já não são fabricadas.

2.1.9. Item 10 - Cafeteira - A aquisição da cafeteira elétrica industrial justifica-se pela necessidade de substituir equipamento antigo, atualmente em uso nas dependências do CREA-SE, que apresenta vida útil esgotada e demanda constante de manutenções corretivas, gerando interrupções recorrentes no serviço de copa e prejuízos ao atendimento institucional.

O novo equipamento, com capacidade de 6 litros, estrutura em aço inoxidável e maior durabilidade, atenderá adequadamente à demanda diária de servidores e usuários, garantindo continuidade dos serviços, eficiência operacional e conformidade com as normas sanitárias, além de representar economicidade ao evitar gastos frequentes com reparos.

3.0. DA DESCRIÇÃO DO OBJETO

3.1. O fornecimento dos componentes objeto deste Termo de Referência deverá ser atender, no mínimo, as especificações descritas a seguir:

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	440337	Cartão de memória com capacidade de 1TB de armazenamento formato microSDXC com tecnologia UHS-I, otimizado para gravação de vídeo em alta resolução (4K UHD) e fotografia de alta performance.	UND	1	R\$ 1.876,66	R\$ 1.876,66



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SERGIPE - CREA/SE
COORDENADORIA ADMINISTRATIVA

		<p>O dispositivo deve apresentar, obrigatoriamente, as seguintes classificações e desempenhos:</p> <ul style="list-style-type: none">• Classe de Velocidade de Vídeo: Mínimo V30 (garantia de gravação sustentada de 30 MB/s);• Classe de Velocidade UHS: Mínimo U3;• Desempenho de Leitura: Velocidade de transferência de 200 MB/s (compatível com tecnologia de leitura acelerada);• Desempenho de Gravação: Velocidade de gravação de até 140 MB/s;• Classe de Desempenho de Aplicativo: A2 (otimização para execução de software e carregamento rápido);• Proteções Físicas: O invólucro deve possuir resistência comprovada a variações de temperatura (entre -25°C e 85°C), resistência a água (padrão IPX7 ou similar), resistência a impactos/choques e proteção contra raios-X.• Acessórios: Deve acompanhar adaptador para formato SD convencional. <p>Para armazenar de vídeos, fotos e aplicativos compatível com Osmo Pocket 3.</p>				
2	318896	<p>NOBREAK Especificações:</p> <ul style="list-style-type: none">• Potência 1.500va• Entrada bivolt com seleção automática de entrada 115-127/220V e saída 115/220V com seleção manual• Conector de bateria externa• Mínimo de 6 tomadas de saída no padrão NBR 14136, de 10A para conexão de equipamentos demandam esta amperagem• Estabilizador interno que corrige oscilações da rede elétrica• Filtro de linha interno que atenua os ruídos da rede elétrica e proteção contra surtos• Garantia mínima de 24 meses.	UND	3	R\$ 1.063,00	R\$ 3.189,00
3	458914	<p>SUPORTE TV</p> <ul style="list-style-type: none">• Suporta telas de 37" a 70" com um peso máximo de 30 kg, ideal para diferentes ambientes e necessidades.• Cor: preto• Tipo de telas compatíveis: LED, LCD, Plasma• Quantidade de telas: 1• Inclui kit de instalação• Tamanho mínimo de tela: 37"• Tamanho máximo de tela: 70"• Lugares de montagem: Chão• Inclinação ajustável para o ângulo ideal de visualização• Material: Aço carbono	UND	1	R\$ 1.430,66	R\$ 1.430,66




SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SERGIPE - CREA/SE
COORDENADORIA ADMINISTRATIVA

		<ul style="list-style-type: none">• Peso máximo suportado: 30Kg• É fixo: Não• Altura regulável para melhor posicionamento da TV• Base em aço sólido com rodízios travados para maior estabilidade e mobilidade				
4	368376	ESTABILIZADORES Especificações: <ul style="list-style-type: none">• Potência de 1000VA• Frequência nominal 50/60HZ• Microprocessado• Filtro de linha integrado (em modo comum e diferencial) com atenuação em RFI e EMI• 6 tomadas de saída 10 AMPÉRES NBR 14136• Tensão de entrada: 115/220V• Tensão de saída: 115V• Correção de tensão de com True RMS	UND	27	R\$ 536,00	R\$ 14.472,00
5	359389	FILTRO DE LINHA <ul style="list-style-type: none">• Extensão do fio: 5m• Tensão de entrada e saída: 127v• Corrente elét• rica entrada e saída: 10A• Fusível de proteção: sim• Quantas saídas x tomadas de 3 pinos	UND	15	R\$ 78,54	R\$ 1.178,10
6	435888	Adaptador DisplayPort (macho) para HDMI (fêmea) com Resolução máxima suportada Conector de entrada: DisplayPort Conector de saída: HDMI	UND	15	R\$ 45,10	R\$ 676,50
7	422192	Conjunto de lixeiras contendo: lixeiras plásticas com dois compartimentos para segregação de resíduos secos (recicláveis) e resíduos orgânicos, conforme normas técnicas aplicáveis e condições a seguir especificadas, destinadas ao uso em áreas internas e externas com suporte metálico duplo com acabamento reforçado feito em metal com pintura eletrostática, super resistente à ferrugem e ao tempo Quantidade e Capacidade <ul style="list-style-type: none">• Unidade de fornecimento: lixeira com 2 compartimentos integrados.• Capacidade mínima por compartimento: ≥ 60 litros.• Capacidade total mínima: ≥ 120 litros. Requisitos Construtivos Material	UND	2	R\$ 347,68	R\$ 695,36



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SERGIPE - CREA/SE
COORDENADORIA ADMINISTRATIVA

		<ul style="list-style-type: none"> Fabricada em polietileno de alta densidade (PEAD) ou polipropileno (PP) injetado. Material rígido, de alta resistência mecânica, resistente a impactos, intempéries e radiação UV (para uso externo). Sem partes metálicas expostas que possam oxidar. <p>Design Geral</p> <ul style="list-style-type: none"> Dois compartimentos independentes, com tampas/bocas de acesso claramente identificadas. Estrutura integrada, sem emendas frágeis ou áreas que acumulem resíduos. <p>Tampas / Aberturas</p> <ul style="list-style-type: none"> Tampas com fechamento seguro, facilmente operáveis. Aberturas com formato que favoreça o tipo de resíduo (ex.: fenda para papel, circular para vidros/garrafas). <p>Identificação e Cores</p> <ul style="list-style-type: none"> Compartimento de resíduos orgânicos: cor marrom. Compartimento de resíduos secos / recicláveis: cor azul. Identificação complementar por meio de etiquetas adesivas UV resistentes com pictogramas: <ul style="list-style-type: none"> Marrom → "ORGÂNICOS" Azul → "RECICLÁVEIS" <p>Imagem ilustrativa</p> 				
8	422192	<p>Conjunto de lixeiras contendo: lixeiras plásticas com dois compartimentos para segregação de resíduos secos (recicláveis) e resíduos orgânicos, conforme normas técnicas aplicáveis e condições a seguir especificadas, destinadas ao uso em áreas internas e externas.</p> <p>Quantidade e Capacidade</p> <ul style="list-style-type: none"> Unidade de fornecimento: lixeira com 2 compartimentos integrados. Capacidade mínima por compartimento: ≥ 30 litros. Capacidade total mínima: ≥ 60 litros. 	UND	5	R\$ 279,32	R\$ 1.396,60



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SERGIPE - CREA/SE
COORDENADORIA ADMINISTRATIVA

		<p>Requisitos Construtivos</p> <p>Material</p> <ul style="list-style-type: none"> • Fabricada em polietileno de alta densidade (PEAD) ou polipropileno (PP) injetado. • Material rígido, de alta resistência mecânica, resistente a impactos, intempéries e radiação UV (para uso externo). • Sem partes metálicas expostas que possam oxidar. <p>Design Geral</p> <ul style="list-style-type: none"> • Dois compartimentos independentes, com tampas/bocas de acesso claramente identificadas. • Estrutura integrada, sem emendas frágeis ou áreas que acumulem resíduos. <p>Tampas / Aberturas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tampas com fechamento seguro, facilmente operáveis. • Aberturas com formato que favoreça o tipo de resíduo (ex.: fenda para papel, circular para vidros/garrafas). <p>Identificação e Cores</p> <ul style="list-style-type: none"> • Compartimento de resíduos orgânicos: cor marrom. • Compartimento de resíduos secos / recicláveis: cor azul. • Identificação complementar por meio de etiquetas adesivas UV resistentes com pictogramas: <ul style="list-style-type: none"> ○ Marrom → "ORGÂNICOS" ○ Azul → "RECICLÁVEIS" <p>Imagem ilustrativa</p> 				
--	--	--	--	--	--	--



Serviço Público Federal
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Sergipe - CREA/SE
Coordenadoria Administrativa

9	448836	Bebedouro de Coluna refrigerado por Compressor Tipo - Coluna Níveis de temperatura - Controle Gradual Temperatura de Resfriamento - Termostato frontal para ajuste de temperatura entre 5° à 15°C Quantidade de torneiras – 02 uma para água natural e outra para água gelada. Reservatório de Água Gelada - 1,8L - Suporta Galões de até 20L Altura Máxima do Copo - 17,5cm Recursos - Torneiras - Fluxo contínuo e controlado. Recursos - Bandeja de água - removível Recursos - Alças laterais Gás refrigerante - ecológico R134a, não agride a camada de ozônio. Potência mínima -97W Voltagem 110V Consumo Aproximado de Energia - 14,4 kWh/mês. Estrutura - Gabinete com peças frontais em plástico injetado e laterais de aço Refrigeração por compressor, maior capacidade de refrigeração e menor consumo de energia, Certificado Homologado pelo Inmetro Cor - Branco Prazo de Garantia - 01 ano	UND	2	R\$ 984,20	R\$ 1.968,40
10		Cafeteira Elétrica Industrial Tensão: 220V Características Técnicas Mínimas: Estrutura e bojos em aço inoxidável 304; Capacidade: Mínima de 6 (seis) litros, equivalente a aproximadamente 80 (oitenta) xícaras de 50ml. Estrutura: Corpo em aço inoxidável (material de alta resistência e qualidade alimentícia). Sistema de Aquecimento em banho-maria com resistência blindada tubular para aquecimento rápido e eficiente, com termostato ajustável e controle de temperatura. Válvula: Válvula de segurança para alívio de pressão. Torneira: Duas torneiras dosadoras em aço inoxidável, com vazão controlada. Pingadeira removível para facilitar a limpeza. Visor: Indicador de nível de água visível. Isolamento Térmico: Parede dupla para conservação da temperatura e segurança no manuseio. Alimentação: 220V	UND	02	R\$ 1.040,20	R\$ 2.080,40



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SERGIPE - CREA/SE
COORDENADORIA ADMINISTRATIVA

		Itens Inclusos: Deve acompanhar cesto porta-filtro. Certificações: Produto deve possuir certificação do INMETRO para segurança elétrica.				
TOTAL						R\$ 28.963,68

- 3.2. Os bens deverão ter garantia contra defeitos de fabricação.
- 3.3. Os produtos deverão ser novos, entregues em embalagem lacrada com dados de identificação do produto e marca do fabricante, além de ter garantia contra defeitos de fabricação e de funcionamento.
- 3.4. O valor da proposta deve abranger o frete, impostos, entre outros custos.
- 3.5. Caso seja identificada qualquer desconformidade, o produto deverá ser substituído às custas da fornecedora, sem qualquer ônus para o CREA SE.
- 3.6. Os produtos deverão ser entregues na sede do Conselho, situada na Av. Dr. Carlos Rodrigues da Cruz, 1.710 - Centro Adm. Gov. Augusto Franco, Capucho, CEP: 49081-015 - Aracaju/SE.
- 3.7. A entrega deverá ser realizada dentro do horário de funcionamento do Conselho, de segunda a sexta, exceto feriados e pontos facultativos, entre 07:00hs e 13:00hs.
- 3.8. A CONTRATADA deve realizar a entrega dos produtos no prazo máximo de 8 (oito) dias, a contar da data da solicitação/empenho ou documento equivalente emitido pela Contratante.
- 3.9. A garantia será contada da data da entrega.
- 3.10. A contratante terá o direito a 7 dias para devolução com troca do item, contados a partir do recebimento do produto; é de responsabilidade da empresa o transporte do(s) item(ns).
- 3.11. É de responsabilidade da empresa o transporte dos produtos e a garantia pelo correto funcionamento, assumindo responsabilidade pela substituição imediata em caso de avarias/defeitos.
- 3.12. A Contratada entende e aceita que o pleno cumprimento do estipulado neste Termo de Referência e no Contrato é condicionante para:
- 3.12.1. Emissão de Termo de Recebimento;
- 3.12.2. Atesto e pagamento pela entrega do objeto;
- 3.12.3. Emissão de Atestado de entrega do objeto.

4.0. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Sustentabilidade

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos elencados no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

4.2. Subcontratação

É vedada a subcontratação do objeto contratual, seja no todo ou em partes.

4.3. Garantia da contratação

Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SERGIPE - CREA/SE
COORDENADORIA ADMINISTRATIVA

5.0. DA QUALIFICAÇÃO

5.1. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como: SICAF e Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=1&ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>);

5.1.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

5.1.2. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

5.1.3. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

5.1.4. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

5.1.5. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos ou por certidões de regularidade das fazendas municipal, estadual e federal.

5.1.6. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

5.1.7. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

5.1.8. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

5.1.9. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

5.1.10. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme disposto a seguir.

5.2. Habilitação jurídica

5.2.1. Registro comercial, no caso de empresa individual.

5.2.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

5.2.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

5.2.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

5.2.5. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

5.3. Habilitação fiscal, social e trabalhista



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SERGIPE - CREA/SE
COORDENADORIA ADMINISTRATIVA

- 5.3.1. Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF);
- 5.3.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da Licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- 5.3.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 5.3.4. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] e [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
 - 5.3.4.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 5.3.5. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 5.3.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 5.3.7. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4. Qualificação Econômico-Financeira

- 5.4.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

5.5. Qualificação Técnica

- 5.5.1. Atestado de capacidade técnica expedido pessoa jurídica de direito público ou privado, compatível com o objeto licitado.
- 5.5.2. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- 5.5.3. Declaração de que o interessado tomou conhecimento de todas as informações e das condições contidas neste Termo de Referência e que está ciente das obrigações objeto da contratação;
- 5.5.4. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

6.0. DOS PRAZOS

- 6.1. O prazo de entrega dos itens é de 8 (oito) dias, contados do recebimento da ordem de fornecimento, em remessa única.

7.0. DO VALOR ESTIMADO

- 7.1. O valor total para a aquisição dos bens foi estimado no valor de **R\$ 28.963,68 (vinte e oito mil novecentos e sessenta e três reais e sessenta e oito centavos)** estimado na forma da Lei nº 14.133/2021, conforme pesquisa juntada aos autos do processo.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SERGIPE - CREA/SE
COORDENADORIA ADMINISTRATIVA

7.2. Neste valor estão incluídos todos os custos, impostos, taxas, tributos, encargos sociais e trabalhistas, seguros e outros que, direta ou indiretamente, decorram do fornecimento dos itens.

7.3. O pagamento será feito integralmente após a entrega e conferência do fiscal designado pela Contratante, no prazo máximo de cinco dias úteis para esta conferência, da conformidade entre os itens entregues e os solicitados, assim como as cláusulas estabelecidas no Contrato e neste Termo de Referência. Verificada a conformidade, a Contratada deverá apresentar nota fiscal acompanhada de certidões negativas para o pagamento.

8.0. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. Custo da contratação foi estimado no valor médio de R\$ 28.963,68 (vinte e oito mil novecentos e sessenta e três reais e sessenta e oito centavos), nas seguintes contas:

- 6.2.2.1.1.02.01.03.006 - Equipamentos de Processamento de Dados - Itens cartão de memória, nobreak, estabilizadores.
- 6.2.2.1.1.02.01.03.001 - Móveis e Utensílios - Itens suporte TV e conjunto de lixeiras 60 litros.
- 6.2.2.1.1.01.04.03.001.008 - Materiais de Informática - Itens Filtro de linha e Adaptador DisplayPort.
- 6.2.2.1.1.01.04.03.001.016 - Materiais de Higiene, Limpeza e Conservação - Item lixeira 30 litros.
- 6.2.2.1.1.02.01.03.002-Máquinas e Equipamentos - Item Cafeteira Elétrica Industrial

9.0. DA CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1. Trata-se de aquisição de bens – art. 6º, alínea X, Lei 14.133/21, a ser adquirido por fornecedor selecionado por meio de licitação pública na modalidade Pregão eletrônico, do tipo menor preço.

A contratação não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

10.0. DA FUNDAMENTAÇÃO

Diz o art. 6º da Lei 14.133/2021 estabelece em seus incisos X e XLI:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

X - compra: aquisição remunerada de bens para fornecimento de uma só vez ou parceladamente, considerada imediata aquela com prazo de entrega de até 30 (trinta) dias da ordem de fornecimento;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SERGIPE - CREA/SE
COORDENADORIA ADMINISTRATIVA

XLI - pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;

O art. 29 da citada lei estabelece:

Art. 29. A concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 desta Lei, adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

Parágrafo único. O pregão não se aplica às contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual e de obras e serviços de engenharia, exceto os serviços de engenharia de que trata a alínea "a" do inciso XXI do caput do art. 6º desta Lei.

Conforme se vê o pregão é a modalidade legalmente cabível para aquisição de bens, sendo assim, a solução mais adequada para atender as necessidades deste Conselho.

11.0. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

11.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

11.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

11.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

11.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

11.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

12.0. Preposto

A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da entrega do objeto, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

13.0. Fiscalização

13.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

13.2. A entrega do objeto será acompanhada, fiscalizada e atestada por servidores lotados no CREA/SE, sendo a gestão do contrato realizada por intermédio da CADM.

13.3. As decisões e providências que ultrapassarem a competência da CADM deverão ser



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SERGIPE - CREA/SE
COORDENADORIA ADMINISTRATIVA

solicitadas à Gerente Administrativa Financeira do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Sergipe, em tempo hábil, para a adoção de medidas necessárias e/ou convenientes.

14.0. Fiscalização Técnica

14.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

14.2. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

14.3. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

14.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

14.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

14.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

15.0. Fiscalização Administrativa

15.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

15.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

16.0. Gestor do Contrato

16.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de fornecimento/contrato, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

16.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

16.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SERGIPE - CREA/SE
COORDENADORIA ADMINISTRATIVA

obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

16.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

16.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

16.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

16.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

17.0. CRITÉRIOS ACEITAÇÃO DO OBJETO

17.1. O objeto deste Termo de Referência será recebido e pago de acordo com as condições estabelecidas neste documento, sendo o pagamento pelo fornecimento dos bens condicionado à aprovação da Fiscalização.

18.0. Do recebimento

18.1. O objeto será recebido provisoriamente, no prazo de 07 (sete) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133/2021 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

18.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do objeto ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

18.3. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a nota fiscal até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

18.4. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou nota fiscal até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

18.5. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

18.6. O objeto será recebido definitivamente no prazo de 08 (oito) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do objeto e consequente aceitação mediante termo de atesto.

18.7. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SERGIPE - CREA/SE
COORDENADORIA ADMINISTRATIVA

19.0. Liquidação

19.1. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- o prazo de validade;
- a data da emissão;
- os dados do contrato e do órgão contratante;
- o período respectivo de execução do contrato;
- o valor a pagar; e
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

19.2. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

19.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

19.4. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

19.5. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

19.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

19.7. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

19.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

20.0. Prazo de pagamento

O pagamento será efetuado por meio de PIX, em até 30 (trinta) dias, mediante o recebimento da nota fiscal respectiva, devidamente atestada pelo Fiscal/Gestor do Contrato; Poderão ser descontados dos pagamentos os valores atinentes a penalidades eventualmente aplicadas;

Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento;

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Sergipe, por ocasião de cada pagamento, fará as retenções e recolhimentos fiscais determinados pela legislação tributária;

Se a empresa for optante pelo SIMPLES, deverá anexar à nota fiscal documento que comprove tal opção e Declaração conforme modelo do anexo IV da Instrução Normativa da



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SERGIPE - CREA/SE
COORDENADORIA ADMINISTRATIVA

Secretaria da Receita Federal n.º 480, de 15 de dezembro de 2004, para que sobre o valor do pagamento não incidam as retenções de que trata a cláusula acima.

21.0. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

21.1. São obrigações do Contratante:

21.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

21.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

21.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

21.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

21.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

21.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

21.8. Cientificar a Assessoria Jurídica para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

21.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

21.10. A Administração terá o prazo de 30 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

21.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 20 dias.

21.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

21.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

22.0. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

22.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

22.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SERGIPE - CREA/SE
COORDENADORIA ADMINISTRATIVA

- 22.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 22.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 22.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 22.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 22.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 22.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 22.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 22.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 22.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 22.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 22.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 22.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SERGIPE - CREA/SE
COORDENADORIA ADMINISTRATIVA

22.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

22.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

22.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.

23.0. REAJUSTE

23.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

23.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice INPC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

23.3. O reajuste será realizado por apostilamento.

24.0. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

24.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

24.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

24.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

24.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

24.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente.

24.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

24.7. O Contratado deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SERGIPE - CREA/SE
COORDENADORIA ADMINISTRATIVA

24.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados, enquanto não prescritas essas obrigações.

24.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

24.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

24.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

24.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

24.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

25.0. GARANTIA DE EXECUÇÃO

25.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

26.0. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

26.1. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 156, da Lei nº 14.133,21, pela inexecução total ou parcial do contrato, a Contratante poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor do instrumento contratual.

26.2. Se a adjudicatária se recusar a retirar o instrumento contratual injustificadamente ou se não apresentar situação regular na ocasião dos recebimentos, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.

26.3. A licitante, adjudicatária ou contratada que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o instrumento contratual, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do instrumento contratual, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida a prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado, e será descredenciado no Cadastro de Fornecedores Estadual, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais, devendo ser incluída a penalidade no SICAF e no CAGEFOR.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SERGIPE - CREA/SE
COORDENADORIA ADMINISTRATIVA

26.4. A multa, eventualmente imposta à Contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber do Estado, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, serão deduzidos da garantia. Mantendo-se o insucesso, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa, podendo, ainda a Contratante proceder à cobrança judicial.

26.5. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária ou contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Contratante.

26.6. De acordo com a gravidade do descumprimento, poderá ainda a licitante se sujeitar à Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Contratante pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na legislação vigente.

26.7. A sanção denominada "Advertência" só terá lugar se emitida por escrito e quando se tratar de faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação, cabível somente até a segunda aplicação (reincidência) para a mesma infração, caso não se verifique a adequação da conduta por parte da Contratada, após o que deverão ser aplicadas sanções de grau mais significativo.

26.8. São exemplos de infração administrativa penalizáveis, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

- Inexecução total ou parcial do contrato;
- Apresentação de documentação falsa;
- Comportamento inidôneo;
- Fraude fiscal;

Descumprimento de qualquer dos deveres elencados no Edital ou no Contrato.

26.9. As sanções serão aplicadas sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que possa ser acionada em desfavor da Contratada, conforme infração cometida e prejuízos causados à contratante ou a terceiros.

26.10. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, com percentuais de multa conforme a tabela a seguir, que elenca apenas as principais situações previstas, não eximindo de outras equivalentes que surgirem, conforme o caso:

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU	MULTA*
01	Permitir situação que crie a possibilidade ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência.	06	0% por dia
02	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, o	05	2% por dia



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SERGIPE - CREA/SE
COORDENADORIA ADMINISTRATIVA

	fornecimento dos bens adquiridos, por dia e por unidade de atendimento;		
03	Executar a entrega incompleta, paliativo substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar; por ocorrência.	02	4% por dia
Para os itens a seguir, deixar de:			
04	Efetuar o pagamento de seguros, encargos fiscais e sociais, assim como quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução deste contrato; por dia e por ocorrência;	05	2% por dia
05	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO, por ocorrência;	03	3% por dia
06	Manter a documentação de habilitação atualizada; por item, por ocorrência.	01	2% por dia

**Incidente sobre o valor da parte inadimplida.*

26.11. As sanções aqui previstas poderão ser aplicadas concomitantemente, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

26.12. Após 30 (trinta) dias da falta de execução do objeto, será considerada inexecução total do contrato, o que ensejará a rescisão contratual.

26.13. As sanções de natureza pecuniária serão diretamente descontadas de créditos que eventualmente detenha a CONTRATADA ou efetuada a sua cobrança na forma prevista em lei.

26.14. As sanções previstas não poderão ser relevadas, salvo ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou casos fortuitos, devidos e formalmente justificados e comprovados, e sempre a critério da

26.15. autoridade competente, conforme prejuízo auferido.

26.16. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Contratante, observado o princípio da proporcionalidade.

26.17. A sanção será obrigatoriamente registrada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, bem como em sistemas Estaduais.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SERGIPE - CREA/SE
COORDENADORIA ADMINISTRATIVA

26.18. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

- a) Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;
- b) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Contratante em virtude de atos ilícitos praticados.

27.0. CLÁUSULA VIGÉSIMA DISPOSIÇÕES FINAIS

Eventuais omissões e/ou dúvidas deverão ser esclarecidas pela Fiscalização e Gestão do Contrato designada pela Contratante após assinatura do contrato.

Aracaju/SE, 06 de abril de 2026.

Assinatura

Documento assinado digitalmente
gov.br ANDREA FIEL TREFIGLIO TOSTA
Data: 07/04/2026 15:24:23-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Andrea Fiel Trefiglio Tosta.
Gerente Administrativa Financeira.

Aprovação

Com fundamento na Lei nº. 14.133/2021 e respectivos decretos regulamentadores, APROVO este Termo de Referência e autorizo abertura do processo em

Documento assinado digitalmente
gov.br DANIEL DE CARVALHO DINIZ
Data: 09/04/2026 08:59:26-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Eng. Civil - Daniel de Carvalho Diniz.
Presidente interino